

Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da COCAMAR e da COROL

Fábio Luis Zeneratti

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil
e-mail: fabio.zeneratti@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar o resultado de parte de uma pesquisa de doutorado em Geografia; no presente trabalho o cooperativismo será analisado a partir das disputas territoriais entre cooperativas empresarialistas. É importante destacar que o termo cooperativa empresarialista, aqui utilizado, remete a posição ocupada por aquelas cooperativas que, inseridas no processo de modernização da base técnica da agricultura, assumiram uma gestão empresarial, típica de uma empresa capitalista, porém, a composição dos quadros associativos dessas organizações não permite dizer que o sejam, afinal os camponeses são a maioria. O recorte espacial delineado para esta investigação foi a mesorregião Norte Central paranaense, área de atuação de duas cooperativas empresarialistas, a COCAMAR e a COROL. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, o estudo de fontes teóricas e a utilização de matérias de jornais. A pesquisa demonstrou que a territorialização do cooperativismo é marcado por intensos conflitos, evidenciando ainda, que se por um lado as cooperativas são importantes mecanismos de compartilhamento de dividendos, por outro, o mesmo acontece com os prejuízos. Espera-se com essa pesquisa contribuir, mesmo que modestamente, para a compreensão dos limites e das possibilidades do cooperativismo empresarialista para os camponeses.

Palavras-chave: Cooperativismo; disputas territoriais; camponeses.

Cooperativism and territorial dispute in Parana: the case of the COCAMAR and COROL

Abstract

The purpose of this article is to present the result of part of doctoral research in geography. The cooperativismo will be analysed from the territorial disputes between *empresarialista* cooperative in the present work. It is important to emphasize that the term *empresarialista* cooperative, used here, refers to the position occupied by those cooperatives that inserted in the process of modernization of the technical basis of agriculture. These cooperatives assumed a business management, typical of a capitalista company, however, the composition of the associative frame of these organizations does not allow say it is a capitalista company, due to the majority is peasant people. The mesoregion of Central Norte of Paraná was the choosed area for this investigation. Area of operation of two *empresarialista* cooperatives, COCAMAR and COROL. Field research, the study of theoretical sources and the use of newspaper articles, was the methodology used in this work. The research demonstrated that the territorialisation of cooperatives is marked by intense conflicts, also showed that, if on the one hand cooperatives are important mechanisms for sharing of dividends, on the other hand, the same happens with the losses. It is expected that this research contribute, even modestly, for the comprehension of the limits and of the possibilities of the *empresarialista* cooperativism for the peasant people.

Keywords: Cooperativism; territorial disputes; peasant people.

Cooperativismo y disputas territoriales en Paraná: el caso de COCAMAR y de COROL

Resumen

El objetivo de este artículo es presentar el resultado de parte de una investigación de doctorado en Geografía. En el presente trabajo el cooperativismo será analizado a partir de las disputas territoriales entre cooperativas *empresarialistas*. Cabe señalar que el término cooperativa *empresarialista*, aquí utilizado, remite a la posición ocupada por aquellas cooperativas que insertadas en el proceso de modernización de la base técnica de la agricultura, asumieron una gestión empresarial, típica de una empresa capitalista, pero, la composición de los asociados de estas organizaciones no permite decir que lo sean, al final los campesinos son la mayoría. El recorte espacial delimitado para esta investigación fue la mesorregión Norte Central de Paraná, área de actuación de dos cooperativas *empresarialistas*: COCAMAR y COROL. La metodología utilizada fue la investigación de campo, el estudio de fuentes teóricas y la utilización de noticias de periódicos. La investigación ha demostrado que la territorialización del cooperativismo está marcado por intensos conflictos. Ha comprobado también que, si por un lado las cooperativas son importantes mecanismos para compartir dividendos, por otro, también sufren con los perjuicios. Se espera que esa investigación contribuya, aunque modestamente, para la comprensión de los límites y de las posibilidades del cooperativismo *empresarialista* para los campesinos.

Palabras-clave: Cooperativismo; disputas territoriales; campesinos.

Introdução

Este trabalho busca demonstrar a atualidade das disputas territoriais entre cooperativas no Estado do Paraná. O recorte delineado para esta análise é a mesorregião Norte Central paranaense e leva em consideração a área de atuação de duas cooperativas, a Cooperativa Agroindustrial de Maringá (COCAMAR) e a Cooperativa de Cafeicultores de Rolândia (COROL). Evidentemente que a sutileza da dinâmica socioespacial dessa fração do território exigiu constantes transições de escala, sempre buscando evidenciar tais disputas.

O cooperativismo no estado, assim como no Brasil, apresenta significativa diversidade, fruto das possibilidades que a proposta permite. As cooperativas estão presentes no campo e nas cidades, nos mais diversos ramos cooperativos e se diferenciam basicamente pelos seus objetivos sociais, econômicos e políticos-ideológicos.

No setor agropecuário paranaense existem aquelas cooperativas vinculadas aos movimentos socioterritoriais, sendo que estas são representadas pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB); há também aquelas cooperativas da agricultura familiar representadas pela União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e, por fim, existem as cooperativas empresarialistas, representadas pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), estas últimas se constituindo no escopo deste trabalho.

Portanto, no que se refere às cooperativas empresarialistas, elas se fortaleceram no Paraná durante o predomínio da cafeicultura, cujo papel inicial era eliminar os intermediários. Estas cooperativas seguiram o caminho de alinhamento às propostas estatais, desempenhando papel preponderante durante o processo de modernização da base técnica da agricultura, que se fez sentir mais fortemente após a década de 1970.

Esse processo de transformação pelo qual o campo passou teve como finalidade principal criar mercado consumidor para os produtos industriais, frente às propostas estatais de substituição das importações. A consequência mais imediata no Paraná foi a substituição dos cafezais por culturas temporárias, entre elas soja, milho e trigo, seguida da incorporação crescente de insumos industriais e maquinários no processo produtivo.

Nesse sentido, as cooperativas contribuíram para a dispersão desse modelo tecnológico, devido à inserção que tinham junto aos agricultores. Longe dessas mudanças atingirem somente os agricultores, elas também fizeram por mudar as cooperativas, a modernização dos parques industriais foi expediente utilizado por elas para competir no mercado de *commodities*.

A gestão dessas cooperativas também mudou, aproximando-se das práticas desenvolvidas pelas empresas de capital privado, mas sem perder as bases fundamentais do cooperativismo, mesmo que em alguns momentos o distanciamento seja evidente. A posição ambígua em que ocupa, com ingredientes de uma organização empresarial capitalista e uma estrutura cooperativa, permitem caracterizá-las como cooperativas empresarialistas, não no sentido de se apresentarem como uma empresa privada diferente, mas no sentido de continuarem sendo uma cooperativa mesmo com uma gestão empresarial (ZENERATTI, 2018).

É certo que o cooperativismo empresarialista, inserido no mercado capitalista, priorizou o compromisso com a renda capitalista da terra, ou seja, com os capitalistas do campo, dando a estas organizações um caráter de organização capitalista, o que ela não é. Afinal, contraditoriamente, os camponeses são a maioria numérica em seu interior. A título de exemplificação, na mesorregião Norte Central paranaense, 75,05% do quadro associativo dessas cooperativas é composto por agricultores com estabelecimentos de até 50 hectares, área em que os camponeses são predominantes. Logo, no quadro associativo dessas organizações aproximadamente três em cada quatro sócios são camponeses (IBGE, 2006).

No que diz respeito à metodologia desta pesquisa é importante destacar que ela tem como fundamento o trabalho de campo e de gabinete. Os dados empíricos que subsidiaram as análises, aqui apresentadas, foram obtidos por meio de entrevistas com os camponeses e funcionários vinculados à COCAMAR. Como a COROL foi incorporada pela COCAMAR, também foram entrevistados camponeses que no passado foram associados à

COROL, mas que na atualidade são associados à COCAMAR; foram ainda entrevistados técnicos do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

Embora todos tenham dado expressa autorização para publicação de seus nomes e conteúdos de suas falas, optou-se por mantê-los no anonimato, pois há informações que de algum modo podem levar à exposição dos sujeitos, razão pela qual se utiliza números para identificar a origem das falas transcritas e preservar os entrevistados. No geral qualquer referência mais específica que pudesse permitir a identificação do interlocutor foi suprimida.

Na elaboração das entrevistas optou-se pela metodologia de entrevistas não padronizadas, porém, para manter certa lógica que possibilitasse balizar todas as entrevistas realizadas, foi utilizado um roteiro pré-estabelecido.

Os trabalhos de campo foram realizados na área de atuação da COCAMAR e da COROL, onde foram visitados 49 estabelecimentos camponeses, nenhum deles com área superior a quatro módulos fiscais. Vale destacar que a sede da COCAMAR está localizada no município de Maringá e a sede da COROL está localizada no município de Rolândia.

O trabalho de gabinete teve como objetivo, primeiro ampliar o referencial teórico acerca do tema e, depois, para subsidiar a análise e interpretação dos dados obtidos em campo. Foram utilizadas diversas fontes, tais como: livros, artigos, matérias de jornais, entre outros.

Esses procedimentos teórico-metodológicos permitiram compreender as disputas territoriais entre cooperativas na região. Ademais, possibilitou identificar as contradições no processo de territorialização do cooperativismo empresarialista, evidenciando que a cooperação é um desafio no qual não há garantias de esquivas dos insucessos, sejam eles econômicos, sociais ou políticos.

Territorialização do cooperativismo agropecuário no Paraná: aproximações necessárias

Ao analisar a territorialização do cooperativismo agropecuário no Paraná dois pontos merecem relevo: primeiramente não há como desconsiderar que ao longo do tempo as cooperativas foram se concretizando como importantes agentes de transformação do espaço rural, ao passo que encontraram condições favoráveis para a sua expansão, tornaram-se referência na captação da produção agrícola, comercialização, industrialização e distribuição de insumos.

Em trabalho de campo no município de Atalaia foi possível identificar que para uma parte dos camponeses a cooperativa é destino certo para a produção; o camponês entrevistado 23 explicou que toda a sua safra de soja e milho é comercializada pela cooperativa COCAMAR, cooperativa na qual ele também obtém os insumos necessários ao

cultivo. Na área de estudo delimitada para essa pesquisa é comum encontrar camponeses como o entrevistado 23, que entregam integralmente a produção na cooperativa e também adquirem todos os insumos utilizados na lavoura.

Em segundo lugar, há que se destacar o papel econômico que a atividade assumiu no estado, afinal a participação das cooperativas paranaenses na economia revela sua inequívoca importância. Segundo a OCEPAR (2015b, p. 7), em 2014, o conjunto dos ramos cooperativistas paranaenses fecharam seu ano contábil com movimentação econômica de R\$ 50,9 bilhões de reais. O PIB do estado no mesmo ano foi de 348 bilhões de reais (IPARDES, 2017), com isso o cooperativismo representou 14,62% de participação no PIB.

Já as exportações das cooperativas paranaenses, segundo dados oficiais do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), atingiram a marca de US\$ 2,11 bilhões de dólares em 2014; vale destacar que as exportações das cooperativas brasileiras foram de US\$ 5,28 bilhões no mesmo ano (MDIC, 2016), ou seja, as cooperativas do estado foram responsáveis por 40,14% das exportações operadas pelo setor no país.

No que se refere às cooperativas agropecuárias os indicadores são expressivos em relação aos demais ramos, tanto no número de cooperativas quanto de cooperados, como pode ser observado na Tabela 01.

Tabela 01: Cooperativas no Paraná por ramo de atuação em 2015

Ramo	Cooperativas	Cooperados
Agropecuário	72	139.663
Consumo	1	2.298
Crédito	58	908.380
Educacional	13	482
Habitacional	1	98
Infraestrutura	9	9.429
Saúde	33	14.117
Trabalho	7	1.780
Transporte	25	3.005
Turismo e lazer	2	485
Total	221	1.079.737

Fonte: OCEPAR (2015a).

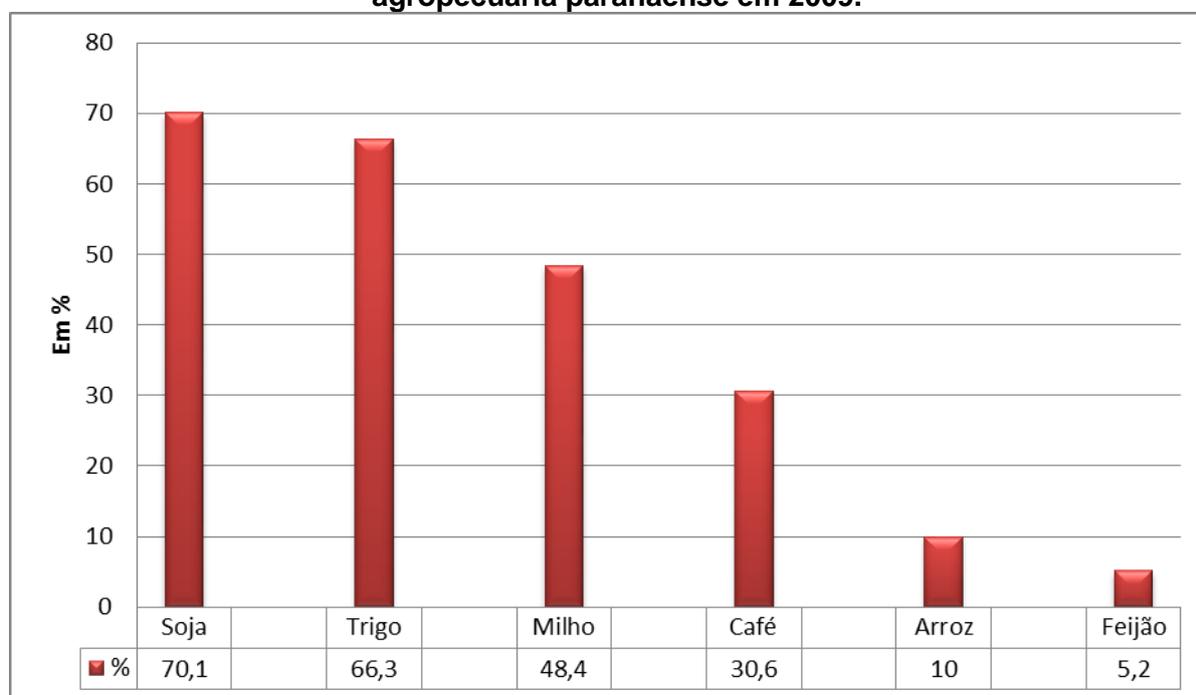
O setor agropecuário representa 32,5% do total de cooperativas, o que permite considerar que basicamente a cada três cooperativas no Paraná uma está no campo. Quanto ao número de associados esse setor congrega 12,9% do total de sócios, somente sendo superado pelo ramo das cooperativas de crédito que representa 84% dos associados.

O segmento das cooperativas agropecuárias responde pela comercialização de 56% do valor bruto da produção agropecuária do Paraná (OCEPAR, 2015b, p. 6). Em outros termos, podemos identificar que a maior parte da produção do campo - camponesa e

capitalista - produzida de maneira privada, passa por uma cooperativa para chegar ao mercado final.

Eis alguns dados relevantes para demonstrar a sua territorialização no campo, que não pode ser mensurado somente pela presença das cooperativas no território, mas por sua influência nas dinâmicas produtivas. Para tanto, o Gráfico 01 pode contribuir, pois apresenta os dados referentes à participação das cooperativas na comercialização da produção agrícola do estado, no caso da soja as cooperativas são responsáveis pela comercialização de 70% do volume da produção total da leguminosa, apresentando também números expressivos nas culturas que normalmente a ela são consorciadas, como o milho (48,4%) e o trigo (66,3%).

Gráfico 01: Participação das cooperativas na comercialização da produção agropecuária paranaense em 2009.



Fonte: Lima e Alves (2011, p. 07).

Esses números demonstram a capilaridade das cooperativas no campo, ou seja, embora elas não produzam diretamente, são responsáveis pela comercialização da produção dos cooperados, os sujeitos que efetivamente produzem no campo. Ademais, mesmo inseridas em um contexto de disputa pela captação da produção com as grandes empresas monopolistas, principalmente as do setor de grãos, sobressaem com elevados índices, sendo os da soja, do trigo e do milho os mais expressivos. Vale destacar, que entre as empresas monopolistas que atuam na área de estudo, estão as multinacionais Bunge e Cargill, além de empresas nacionais, como a Ferrari Zagatto.

Esses indicadores são evidências da envergadura dessa modalidade de organização da produção. O cooperativismo tornou-se um agente importante no campo, que atuando junto aos agricultores transformou-se na mesma medida em que as atividades agrícolas também mudaram, afinal assumiu contornos que reafirmaram seu potencial em termos econômicos, o que não exclui as contradições internas.

Espacialmente falando, sua territorialização pode ser expressa pela distribuição das cooperativas pelo estado, pois estão presentes em todas as regiões do Paraná. Essas cooperativas se diferenciam basicamente pelo tipo de produtos captados, como: leite, soja, milho, trigo, café, cana-de-açúcar, laranja, algodão, para citar somente os mais significativos do ponto de vista do volume.

Na área de estudo há 11 cooperativas empresarialistas, na Tabela 02 elas estão nominadas, com destaque para a localização da sede da instituição.

Tabela 02: Cooperativas empresarialistas com sede na Mesorregião Norte Central paranaense.

NOME	RAZÃO SOCIAL	CIDADE
CATIVA	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE LONDRINA	LONDRINA
COCAFE	COOPERATIVA AGRICOLA DE ASTORGA LTDA	ASTORGA
COCAMAR	COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	MARINGÁ
COCARI	COCARI COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL	MANDAGUARI
COLARI	COOPERATIVA DE LATICINIOS DE MANDAGUARI LTDA	MANDAGUARI
COFERCATU	COFERCATU COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	PORECATU
CONFEPAR	CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVA CENTRAL	LONDRINA
COOPerval	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL VALE DO IVAÍ LTDA	JANDAIA DO SUL
INTEGRADA NOVA	INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	LONDRINA
PRODUTIVA	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL NOVA PRODUTIVA	ASTORGA
VALCOOP	COOPERATIVA AGROPECUARIA VALE DO TIBAGI LTDA	LONDRINA

Fonte: OCEPAR (2015a).

Em números totais, a mesorregião Norte Central paranaense está em segundo lugar em termos de quantidade de cooperativas, ficando atrás apenas da mesorregião Oeste que contém 14 cooperativas empresarialistas. É importante apontar que as cooperativas do setor de grãos são a maioria na região, as quais sobressaem a COCAMAR, COCARI, INTEGRADA, COCAFE e NOVA PRODUTIVA.

O cooperativismo se expandiu na região atrelado ao desenvolvimento do setor agropecuário, ademais para Fajardo (2007), a capacidade de agregar valor por meio da agroindustrialização foi expediente decisivo.

Interessante observar que as cooperativas acompanharam as modificações no espaço rural paranaense ativamente, consolidando a implantação de lavouras modernas e da agroindustrialização. [...] As maiores cooperativas

do Estado adotam, então, as mesmas estratégias das grandes empresas, agregando valor por meio das atividades industriais (FAJARDO, 2007, p. 185-86).

A viabilização do cooperativismo por meio da industrialização da produção é uma das estratégias que ainda se mantém atual, tendo em vista os investimentos do setor, afinal em 2014 os investimentos das cooperativas paranaenses atingiram a marca de R\$ 2,8 bilhões de reais, dos quais 60% foram destinados ao ramo agropecuário, sendo que foram utilizados na ampliação da capacidade de armazenagem dos entrepostos de captação e modernização do processo de agroindustrialização (OCEPAR, 2015b).

Um exemplo elucidativo é o caso da COCAMAR, que entre os anos de 2010 e 2016 realizou significativo investimento na modernização dos seus entrepostos; segundo o entrevistado COCAMAR 01 no entreposto em que trabalha¹ a cooperativa investiu na construção de uma nova estrutura de captação, ampliando a capacidade de captação de 1.000 toneladas para 1.500 toneladas e o armazém de produtos passou de 600m² para 1.200m². Segundo ele vários entrepostos passaram por reformas no período, entre eles os dos municípios de Floresta, Ivatuba e Doutor Camargo, também com a mesma finalidade.

O Estado se mantém presente nesse processo, sendo que a prática de concessão de subsídios utilizada durante o processo de territorialização das cooperativas não faz parte do passado, em absoluto, entre os anos de 2011 e 2015 o volume de crédito destinado às cooperativas agropecuárias apresentou crescimento de 51,25% no país, passando de R\$ 4 bilhões de reais para R\$ 6,05 bilhões de reais (OCB, 2015b). Segundo a OCB (2015a, p. 57) esses recursos foram disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por meio de linhas de crédito destinadas à capitalização das cooperativas agropecuárias, ao desenvolvimento do processamento para agregação de valor à produção agropecuária e investimento em agroindústrias.

O resultado do acesso aos fundos públicos pode ser notado na capacidade de processamento das cooperativas, pois no Paraná 48% da produção agropecuária dos cooperados passa atualmente por algum tipo de transformação antes de ser inserida no mercado (OCEPAR, 2015b).

Entretanto, o desenvolvimento do cooperativismo no Paraná não é linear e tampouco harmônico, afinal há casos de êxito e de fracasso no processo de territorialização. Isso faz pairar entre os associados as incertezas da cooperação, que se por um lado proporciona o compartilhamento dos dividendos, por outro também o fazem com os prejuízos.

¹ Nome do município suprimido por razões metodológicas.

COCAMAR e COROL: a disputa territorial em movimento

A territorialização do cooperativismo está pautada em conflitos que nem sempre podem ser mediados pelas organizações, federações e confederações de cooperativas. No estado do Paraná há casos nos quais a expansão territorial de uma cooperativa significou o desaparecimento de outras, ou seja, para uma a disputa territorial significou êxito empresarial, já para outra significou o encerramento de suas atividades.

Entre os casos de êxito empresarial na mesorregião Norte Central paranaense vale destacar uma cooperativa que se fortaleceu por meio da modernização do seu parque industrial, trata-se justamente da Cooperativa Agroindustrial de Maringá (COCAMAR), que por meio da verticalização, expandiu-se significativamente, tornando-se uma cooperativa de referência na região, como demonstram as análises de Fajardo (2007).

É importante destacar que a verticalização da cooperativa pode ser caracterizada pelo controle do processo produtivo desde a produção no campo até o destino final, embora ela não produza diretamente no campo o fornecimento de matéria-prima é assegurado pelos cooperados, que posteriormente é processada por meio do parque industrial para subsequente distribuição.

A COCAMAR foi fundada em 1963 no município de Maringá, originalmente chamada de Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá, com a finalidade de eliminar os intermediários que atuavam na captação da produção de café. Em 1979, já inserida no processo de modernização da base produtiva do estado, passa a atuar diretamente na industrialização de grãos, notadamente a soja.

A Cocamar, [...], entra para o processo de integração vertical da economia paranaense com a sua indústria de moagem de grãos e óleos comestíveis em 1979, concorrendo em um mercado muito disputado por grandes empresas multinacionais e nacionais, a exemplo, dentre outras, da Cargill, Anderson Clayton, Braswey e Sanbra (TEIXEIRA, 2002, p. 106).

A entrada da cooperativa no processo de industrialização demonstra que não bastava atuar na eliminação dos intermediários, ou seja, atuar repassando matérias-primas às indústrias, antes buscou auferir melhores vantagens econômicas por meio do processamento da produção. Foi nesse sentido que a COCAMAR iniciou o processo de esmagamento de grãos e processamento de óleos vegetais. A decisão de seguir nessa direção também expressa uma de suas estratégias frente ao novo modelo agrícola brasileiro marcado pela atuação no campo das empresas monopolistas mundiais, como destacou Oliveira (2015), para competir e inserir-se no mercado em condições mais vantajosas aos seus cooperados, adotou a industrialização da produção como estratégia de manutenção e fortalecimento.

Entretanto, esse caso não pode ser tomado como regra, mesmo que muitas cooperativas tenham se fortalecido via modernização de seus parques industriais, muitas vezes se aproveitando do tratamento estatal via políticas creditícias destinadas à difusão do modelo empresarial de cooperação, problemas ocorreram. Paulino (2006) destaca que as políticas de crédito subsidiado tiveram outros reflexos, pois aliadas a gestões corruptas ou incompetentes levaram muitas cooperativas a fecharem as portas.

Portanto, os insucessos demonstram que neste caminho não há garantias; o caso da Cooperativa de Cafeicultores de Rolândia (COROL) demonstra isso, seus problemas tiveram grande repercussão na região e os meios de comunicação atuaram significativamente na disseminação das informações.

A COROL assumiu dívidas ao longo do tempo, fruto do seu projeto de industrialização, que se estruturou em diversos setores, tais como: sucroalcooleiro; cítrico; torrefação de café; e fabricação de rações. Mas sua crise se aprofunda em 2009 com a implantação do moinho de trigo, que se viabilizou recorrendo aos cofres públicos via financiamentos subsidiados. Segundo noticiado na época, foram mais de R\$ 20 milhões de reais obtidos no Banco Regional de Desenvolvimento (BRDE) para essa empreitada, sendo que posteriormente foram liberados mais R\$ 30 milhões de reais para compor o capital de giro da cooperativa, este com seis anos para pagamento e com juros de 6,76% ao ano (COROL, 2012, p. 02).

A cooperativa entrou em crise financeira sem precedentes, os motivos são confusos e com informações desencontradas, sendo que até agora não foram esclarecidos. Contudo, a partir das discussões travadas na assembleia de 28 de abril de 2013 é possível identificar que parte dos cooperados atribuíram a crise à má gestão e à falta de planejamento no processo de expansão, assumindo riscos que não poderiam ser cumpridos (FARINA, 2013). Inclusive nessa assembleia a diretoria e o conselho administrativo foram destituídos, vale destacar que essa assembleia foi agendada por iniciativa dos próprios cooperados por meio de um abaixo-assinado com duas mil assinaturas; na ocasião o diretor da cooperativa não compareceu e, diante da crise, foi constituída uma nova diretoria de caráter provisório (FANTIN, 2013, p. 01-02).

Ao analisar as publicações dos meios de comunicação da época é possível identificar que a maior preocupação dos associados era em relação às dívidas da cooperativa referentes aos títulos (Nota de Crédito Rural - NCR) emitidos em nome dos agricultores. A cooperativa utilizou os nomes dos cooperados para buscar financiamentos, porém, os títulos não foram pagos, ocasionando o protesto de muitos deles, como foi amplamente noticiado na região pela imprensa (STUTZ, 2013, p. 03). Do total de aproximadamente 7.500 cooperados, havia cerca de 600 com títulos em risco de serem

protestados, sendo que 20 já haviam sido cobrados judicialmente e mais 150 com possibilidade de inserção do nome no SERASA².

Uma das principais reclamações vem dos cooperados que assinaram as NCRs (Notas de Crédito Rural), emitidas como garantia adicional ao crédito concedido à Corol. O problema é que o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) está cobrando os associados, depois que a Cooperativa não pagou as notas (IMBRÓGLIO, 2013, p. 01).

No campo o problema do protesto dos títulos é tema comum nas entrevistas, onde os camponeses afirmam que muitos foram os casos na região e descrevem como acontecia a solicitação dos dados pela cooperativa com o objetivo de buscar os financiamentos.

O gerente pediu o meu CPF, dava pra pegar R\$ 25 mil no meu CPF. Ele vinha aqui no sítio e trazia o papel pra assinar e autorizar, eu não assinei. Mas, meu irmão sim e o CPF dele foi bloqueado. Não tem jeito, agora tem que pagar no banco. O povo dava o CPF porque a COROL era muito forte, ninguém imaginava que ia quebrar (Entrevistado 06, município de Rolândia, 2017).

Os camponeses que forneceram os dados para a cooperativa captar os financiamentos confiavam nela, muitos pelo tempo de cooperação conheciam a diretoria, os técnicos e a estrutura da COROL, isso lhes permitia acreditar que os riscos eram reduzidos, engano que significou o protesto dos títulos emitidos em seus nomes, impondo a estes sujeitos a necessidade do pagamento das dívidas assumidas pela cooperativa. Até porque, para os camponeses, a não quitação das dívidas não configura em hipótese aceitável, primeiro não fazê-lo remete a uma ordem moral distante da qual os orienta, que tem no pai a figura de integridade, responsável por honrar os compromissos assumidos, depois devido à necessidade de obtenção de novos financiamentos e compras a crédito no comércio local, que torna necessária a quitação, pois essas transações são inviabilizadas toda vez que é realizada consulta no SERASA.

Cabe lembrar que a não liquidação dos financiamentos por parte dos camponeses, em regra, se deve à impossibilidade de fazê-lo, afinal há casos nos quais a falta de recursos monetários associada a problemas de saúde na família inviabiliza o pagamento: “o CPF do meu pai está devendo até hoje, está na justiça, mas nós não vamos pagar, é muito dinheiro [R\$ 30 mil], com esse dinheiro cuidamos do pai que tá doente” (Entrevistado 24, município de Rolândia, 2017). Todavia, no geral os camponeses, mesmo relutantes, buscam na medida de suas possibilidades liquidarem as dívidas.

² SERASA é uma empresa privada que recebe a maior parte das informações sobre quem tem dívida em bancos, ter o nome inserido em seu banco de dados impossibilita novas transações financeiras, como aquisição de financiamentos.

Como se pode notar esse é um caso no qual os associados acabaram assumindo as dívidas contraídas pela cooperativa, o que confirma a distribuição dos prejuízos entre os associados em momentos de crise. Ademais, remete à identidade cooperativa da COROL, que diferente de uma empresa privada na qual a falência acarreta prejuízos diretos somente aos proprietários, atingindo os fornecedores de matéria-prima indiretamente caso tenham contas a receber da empresa, que pela falência pode cogitar não pagar, na cooperativa os cooperados são chamados a arcar com os prejuízos por ela auferidos, ou seja, há uma socialização das perdas.

Vale destacar que a COROL tentou algumas estratégias para superar a crise, uma delas foi a fusão com a COCAMAR, mas que não foi concretizada (LINJARDI, 2013). Também tentou a fusão com a empresa privada Daimco Investimentos, sendo que esta assumiria totalmente as dívidas da cooperativa, mas também assumiria todo o patrimônio, entretanto, garantiria que o capital social dos associados, que estava em torno de R\$ 40 milhões de reais, fosse resguardado, porém, a fusão não foi concretizada (GALIOTTO, 2012). Nesses dois casos a justificativa divulgada foi a impossibilidade de renegociação com os credores da cooperativa, que cobravam suas dívidas na justiça e não aceitavam prolongar os prazos.

Em 2010, atuando com a prerrogativa de tentar salvar a cooperativa em crise, a COCAMAR arrendou as unidades operacionais da COROL. Com isso é possível inferir que para a COCAMAR a crise da COROL representou uma possibilidade de ampliação de sua área de atuação; isso justifica, em um primeiro momento, o controle de 26 unidades da cooperativa por meio do arrendamento, que nesse caso se estenderia até 2025.

Posteriormente, com a intensificação dos problemas financeiros e as frustradas tentativas de fusão, a COROL caminhava para o fechamento das portas, abriu-se então uma possibilidade estratégica da COCAMAR de se apoderar definitivamente das instalações por meio da compra judicial, uma vez que para saldar as dívidas a COROL iria a leilão.

Esses processos devem ser entendidos no campo das disputas territoriais, pois evidenciam que há uma disputa por território entre as cooperativas, afinal para a COCAMAR a decadência da COROL representava uma possibilidade de ampliação de sua área de influência, principalmente na região de Rolândia e Londrina, uma vez que os 34 municípios atendidos pela COROL passariam a compor a COCAMAR, assim como os associados.

Na Figura 01 é possível identificar a escala da disputa territorial em jogo, pois apresenta os municípios de atuação dessas cooperativas na região, fica evidente a significativa ampliação da área da COCAMAR a partir da obtenção das áreas da COROL. É necessário destacar que a atuação dessas cooperativas não se restringe a mesorregião Norte Central paranaense, assim como, elas não estão presentes em todos os municípios da região.

Nesse contexto de conflito, a COROL pereceu, sendo que a cooperativa foi a leilão em 2013; nessa ocasião as suas unidades operacionais foram arrematadas pela COCAMAR, com exceção da usina sucroalcooleira. Portanto, coube aos cooperados verem a COROL construída ao longo de 50 anos, desde sua inauguração em 1963, ser incorporada por outra cooperativa, restando para uma parte deles arcar com os prejuízos por ela assumidos, já a COCAMAR expandiu sua área de atuação pela região, atualmente estando presente em 57 municípios nos estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Todavia, não estamos sugerindo apenas dois caminhos - ou as cooperativas se industrializam ou fecham as portas - em absoluto; antes esses casos citados apenas demonstram algumas especificidades do setor cooperativista na mesorregião Norte Central paranaense, apresentando evidências importantes que desmontam o discurso institucional, e por vezes científico, que afirma que as cooperativas nunca distribuíram prejuízos na região, algo que os dados de campo não atestam.

Em última análise, não há como contestar que o cooperativismo no Paraná se territorializou - hoje a cooperação é uma realidade no campo - não sendo exagero afirmar que ao andar pelo campo é comum se deparar com os entrepostos de captação de grãos, mas esse processo é contraditório e marcado por disputas territoriais, ora entre cooperativas ora entre elas e as empresas monopolistas. Essas disputas podem significar em alguns casos a expansão da área de atuação de uma cooperativa e o fechamento de outras, como ocorreu no caso da COROL, dinâmica que não pode ser compreendida genericamente, sob pena de obscurecer a realidade e refutar o papel científico de fornecer elementos capazes de contribuir para a luta dos camponeses.

A cooperação é um desafio, por isso é tarefa da ciência municiar os camponeses com a compreensão dos processos nos quais as cooperativas estão inseridas, processos esses repletos de conflitos e disputas; evidentemente que não se trata de tentar desestimular a cooperação, mas de contribuir no sentido de identificá-los com vistas a continuar a cooperar, tarefa talvez modesta, mas essencial.

Considerações finais

O cooperativismo nasceu como uma alternativa às relações de exploração do trabalho, especialmente devido a intensificação das precárias condições de vida durante a Revolução Industrial. Na contramão do que defendiam seus idealizadores, ele não foi capaz de superar o modo capitalista de produção; antes seu desenvolvimento se deu no sentido de

corrigir as falhas do sistema, evidentemente que neste processo conseguiu demonstrar também, para os sujeitos envolvidos, que é possível a produção em bases mais justas.

No Brasil, em particular no estado do Paraná, as cooperativas foram um importante instrumento estatal para a modernização da base técnica da agricultura. O resultado deste processo foi um modelo de cooperativismo assentado na industrialização, na circulação da produção e na dispersão de tecnologias no campo.

Esta pesquisa, longe de se ocupar com as contradições e os limites deste caminho trilhado, buscou demonstrar que o cooperativismo paranaense se territorializou mediante intensos conflitos territoriais. No caso em análise, a COCAMAR se fortaleceu ao longo do tempo, em parte devido a modernização do seu parque industrial, mas também porque teve no Estado um importante mecanismo de obtenção de crédito. Se para a COCAMAR a modernização e a industrialização tem sido exitosa, para a COROL os problemas decorrentes deste processo, ampliados pelos sucessivos empréstimos bancários, levaram-na ao fechamento.

O encerramento das atividades da COROL foi uma oportunidade para a COCAMAR ampliar a sua área de atuação, colocando por terra o princípio cooperativo da cooperação entre cooperativas (RECH, 2000). Em última instância, este conflito se situa no campo das disputas territoriais, dados os ingredientes envolvidos, base material de recursos e relações de poder em jogo.

Para uma parte dos associados da COROL restou arcar com os prejuízos deixados pela cooperativa, o que também demonstra o seu lugar como cooperativa, não podendo ser confundida como uma empresa capitalista, pois no caso em questão os prejuízos foram compartilhados entre parte dos cooperados.

Certamente que em um momento de crescimento e expansão territorial, como acontece com a COCAMAR, pensar em divisão de prejuízos pode ser algo distante, mas a realidade da cooperação não permite generalizações. Dito em outros termos, não é o cooperativismo da mesorregião Norte Central paranaense que nunca distribuiu prejuízos, são algumas cooperativas que podem não tê-lo feito ainda, mas outras já o fizeram.

A questão central, e que precisa ser aprofundada, é que o cooperativismo empresarialista está em um setor da economia dominado por empresas monopolistas, como mecanismo de competição, optou-se pela industrialização e modernização dos processos empresariais, associados à expansão de sua área de atuação, mas isso não fornece garantias de sucesso. Afinal, as disputas também ocorrem entre cooperativas, ou seja, a cooperação está inserida no palco dos conflitos territoriais, como isso, cabe à ciência, em especial a Geografia, desvendar estes processos e municiar os camponeses com a fina compreensão das contradições que permeiam a cooperação, sem generalizações.

Esperamos que, assim como nós, outros se sintam inquietados por essas questões e avancem na construção do conhecimento.

Referências

COROL recebe R\$ 10 milhões do BRDE. **Portal Rolândia**, Rolândia, 12 dez. 2012. Disponível em: <[http://portalrolandia.com.br/noticias/corol-recebe-r\\$-10-milhoes-do-brde-12-12-2012#.V6lrf9lrdV](http://portalrolandia.com.br/noticias/corol-recebe-r$-10-milhoes-do-brde-12-12-2012#.V6lrf9lrdV)> Acesso em: 15 jul. 2016.

FAJARDO, S. **Estratégias e territorialidades das cooperativas agropecuárias e das empresas globais do setor agroindustrial no Paraná**. 2007. 379f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

FARINA, J. C. **Assembleia da COROL**. 25 mai. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fFGpKFDjCmg>> Acesso em: 03 ago. 2016.

FANTIN, R. Diretoria da COROL é destituída em assembleia. **Bonde**, Londrina, 28 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.bonde.com.br/economia/noticias/diretoria-da-corol-e-destituída-em-assembleia-273926.html>> Acesso em: 10 jan. 2017.

GALIOTTO, F. Corol e Daimco não entram em acordo. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.folhadelondrina.com.br/economia/corol-e-daimco-nao-entram-em-acordo-827601.html>> Acesso em: 10 jan. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário de 2006**. Disponível em: <<http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&o=11&i=P>> Acesso em: 10 jan. 2017.

IMBRÓGLIO: COROL Agroindustrial poderá ter duas assembleias. **Jornal de Rolândia**, Rolândia, 18 mai. 2013. Disponível em: <<http://jornalderolandia.com.br/siteantigo/detalhe-noticia.php?noticia=imbrglio-corol-agroindustrial-poder-ter-duas-assembleias>> Acesso em: 15 jul. 2016.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Produto Interno Bruto do Paraná e Brasil a Preços Correntes**. 2017. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=88> Acesso em: 11 jan. 2017.

LIMA, J. F.; ALVES, L. R. **Cooperativismo e desenvolvimento rural no Paraná do agronegócio**. 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/UFFS/Downloads/Cooperativismo%20e%20desenvolvimento%20rural%20no%20Paraná%20do%20agronegócio.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2016.

LINJARDI, F. Fusão COCAMAR-COROL sob ameaça. **O diário de Maringá**, Maringá, 12 abr. 2013. Disponível em: <<http://maringa.odiarario.com/parana/2013/04/fusao-cocamar-corol-sob-ameaca/737413/>> Acesso em: 10 jan. 2017.

MDIC. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Balança comercial brasileira: cooperativas**. 2016. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-cooperativas>> Acesso em: 11 jan. 2016.

OCB. Organização das Cooperativas do Brasil. **Dados diversos**. 2015a. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp>. Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. Organização das Cooperativas do Brasil. **Relatório de Gestão**: 2014. Brasília: OCB, 2015b.

OCEPAR. Organização das Cooperativas Paranaenses. **O cooperativismo no Paraná e o sistema OCEPAR**. 2015a. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>> Acesso em: 21 out. 2015.

_____. Organização das Cooperativas Paranaenses. **Relatório de atividades e prestação de contas**: exercício social de 2014 e plano de ação para 2015. Curitiba: OCEPAR, 2015b.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp - Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, 2015.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

STUTZ, R. Cocamar X C.vale: a crise da COROL pode estar no fim. **Teto de Barro**, Rolândia, 04 mar. 2013. Disponível em: <<http://tetodebarro.blogspot.com.br/2013/03/cocamar-x-cvale-crise-da-corol-pode.html>> Acesso em: 10 jan. 2017.

TEIXEIRA, W. A. **O processo de desenvolvimento do complexo agroindustrial cooperativista na mesorregião Norte Central Paranaense**. 2002. 363f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

ZENERATTI, F. L. **Cooperativismo e recriação camponesa**: contribuições e limites dos modelos de cooperativismo empresarialista e camponês na mesorregião Norte Central paranaense. 2018. 268f. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

Sobre o autor

Fábio Luiz Zaneratti – Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) (2006); Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) (2012); Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) (2018); Atualmente é docente na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus de Laranjeiras do Sul, Paraná. **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0001-5630-3180>.

Como citar este artigo

ZENERATTI, Fábio Luiz. Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da COCAMAR e da COROL. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 135-151, set.-dez., 2019.

Recebido para publicação em 23 de novembro de 2018.
Devolvido para a revisão em 14 de junho de 2019.
Aceito para a publicação em 19 de junho de 2019.
